



12
**CONFERÊNCIA
NACIONAL DE
JUVENTUDE**

LEVANTE SUA BANDEIRA

**DOCUMENTO
BASE**

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

Secretaria-Geral da Presidência da República
Ministro-Chefe: Luiz Soares Dulci

Secretaria Nacional de Juventude
Secretário Nacional de Juventude: Beto Cury
Secretário Nacional de Juventude - Adjunto: Danilo Moreira

Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE
Presidente: Elen Linth Marques Dantas

Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

Coordenação Geral: Danilo Moreira

Coordenação executiva: Edson Pistori

Comissão Organizadora Nacional: Alexandro Reis, Alex Nazaré, André Lázaro, Antônio Apolinário, Augusto Vasconcelos, Beto Cury, Carla Márcia Alves, Carlos Odas, Cintia Nascimento, Danilo Moreira, Daniel Vaz, Dulcinéia Miranda, Edson Pistori, Elen Linth, Fabiano Kempfer, Fábio Meirelles, João Felipe Terena, José Eduardo de Andrade, Luiz Dulci, Manuela D'Ávila, Márcia Ustra, Maria Virginia de Freitas, Nelson Santos, Paulo Lustosa, Reginaldo Lopes, Reinaldo Gomes, Renato Ludwig, Ricardo Ayres, Rodrigo Soares, Stella Taquette e Tereza de Lamare.

Comitê-executivo: Alex Nazaré, Carlos Odas, Edson Pistori, Elen Linth, José Eduardo de Andrade, Fábio Meireles e Augusto Vasconcelos.

Equipe técnica: Ângela Simão, Breno Almeida, Darcy Gomes, Danilo Morais, Eduardo Rombauer, Eric Meireles, Fabiane Oliveira, Fábio Deboni, Ítalo Beethoven, Jonas Valente, José Ricardo Fonseca, Marcus Tanam, Paulo Alexandre Passos, Patrícia Nogueira, Pedro Campos, Plínio Marcos de Oliveira, Rafael Librelotto e Vivian Duarte.

Equipe de apoio: Michelle Silva, Edinaldo Braga, Sinval Rodrigues, Gabriela Costa e Luciana Soares.

Texto: Antonio Lino, Alessandro de Leon, Carlos Odas, Edson Pistori, Jonas Valente, José Ricardo, Raquel Souza e Wagner Romão.

Programação Visual: W3OL Comunicação - Curitiba/PR - www.w3ol.com.br - (041) 3029-0289

Revisão: Carlos Odas

Diagramação: Luciane Mendes de Vasconcelos (W3OL Comunicação)

Agradecimentos:

Às Comissões Organizadoras Estaduais, ao Conselho Nacional de Juventude, ao Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, à DIRTII – Diretoria de Tecnologia da Informação da Presidência, ao Grupo de Apoio à Participação Interativa, ao Instituto Paulo Freire, à UNESCO, aos Fóruns de Gestores de Juventude Estaduais e Municipais, à UNALE (União Nacional das Assembleias Legislativas), à Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados, às revistas "Onda Jovem" e "Viração", ao projeto "Cala-Boca Já Morreu", Movimento Um Milhão de Histórias de Jovens e a todos e todas que contribuíram com sugestões para esta publicação.

www.juventude.gov.br

conferencia.juventude@planalto.gov.br

Tel. (0++ 61) 3411-3879 ou 3411-1160.

Informe-se na Comissão Organizadora de seu estado.

Atenção: avise às pessoas cegas que esta publicação está disponível em português, nos formatos word (*.doc) e pdf, no site da Escola de Gente-Comunicação em Inclusão. O site da Escola de Gente, está de acordo com os padrões de acessibilidade nacional e internacional (www.escoladegente.org.br).

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à fome

Ministério da
Educação

Conselho Nacional
de Juventude

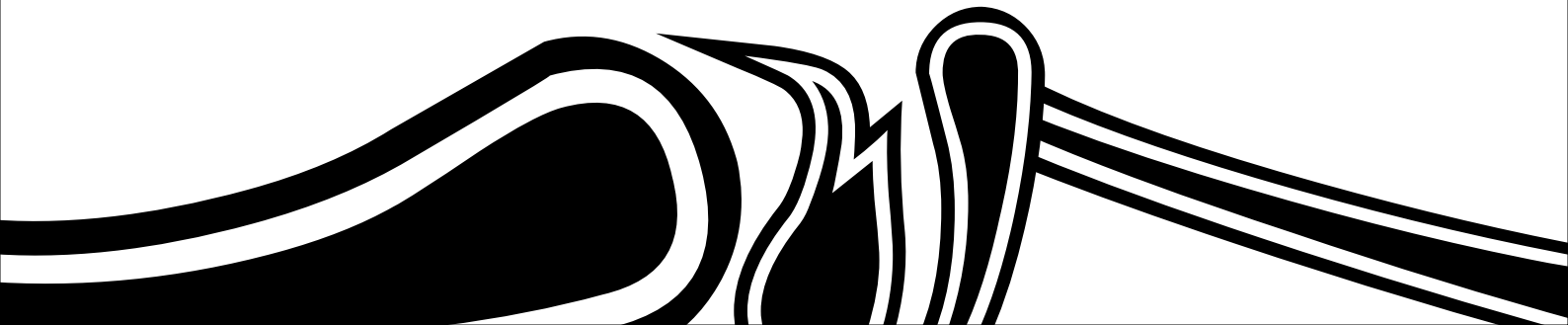
Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria Geral da
Presidência da República

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

CAIXA
Para você. Para todos os brasileiros.

BR
PETROBRAS



LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEJUVENT	Comissão Especial destinada à estudar e acompanhar políticas públicas para a juventude
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais
OIJ	Organização Ibero-americana de Juventude
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
REJUMA	Rede de Juventude pelo Meio Ambiente
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RENAJU	Rede Nacional de Movimentos e Organizações de Juventude
UNALE	União Nacional das Assembleias Legislativas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura



ÍNDICE

Para começo de conversa	05
Panorama	06
1. Por que falar sobre juventude?	06
2. Afinal, o que é ser jovem?	08
3. Quais os desafios da juventude brasileira hoje?	09
Políticas Públicas de Juventude	14
1. Porque esse assunto é importante?	14
2. Um pouco de história	15
3. A Política Nacional de Juventude	17
Levante sua bandeira	20
1. Participar pra quê?	20
2. Conferência Nacional de Juventude	22
Referências	23



PRA COMEÇO DE CONVERSA

DOCUMENTO BASE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

O debate sobre políticas públicas de juventude no Brasil avançou muito em pouco tempo. É certo que ainda há muito por fazer. Mas é inegável também que, nos últimos anos, foi possível chegar a consensos importantes.

Este documento resgata parte desse acúmulo histórico e sugere um ponto de partida para as conversas da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, um amplo processo de diálogo do Governo Federal com a sociedade, com debates nas escolas, universidades, grupos juvenis, e etapas municipais e estaduais que se iniciam em setembro de 2007, culminando numa grande reunião em Brasília, entre os dias 27 e 30 de abril de 2008.

Este "documento base" está dividido em três partes. No "Panorama" inicial, são abordadas as questões: "Por que falar sobre juventude?", "Afinal, o que é ser jovem?" e "Quais os desafios da juventude brasileira hoje?".

A segunda parte, intitulada "Políticas Públicas de Juventude", começa justificando a importância desse tema e retoma a história das ações governamentais para jovens no Brasil. Em seguida, é apresentada a Política Nacional de Juventude.

A terceira e última parte do texto, é um convite. Participe da Conferência Nacional de Juventude.

E levante sua bandeira!

* Para garantir a igualdade entre os gêneros na linguagem deste texto, onde se lê "o jovem" ou "os jovens", leia-se também "a jovem" ou "as jovens".



PANORAMA

POR QUE FALAR SOBRE JUVENTUDE?

No Brasil, a juventude tem ganhado espaço na mídia, nas pesquisas acadêmicas e nos debates públicos principalmente nos últimos 15 anos. Uma das razões para essa recente visibilidade é que atualmente, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 50,5 milhões de brasileiros, um quarto da população do país, têm entre 15 e 29 anos. Esse grupo etário nunca foi (e nem será, desde que se mantenham as tendências demográficas) tão numeroso, em termos absolutos, como é hoje.

Essa "onda jovem" tem gerado, ao mesmo tempo, preocupação e esperança.

A preocupação é porque o Estado não se preparou para receber adequadamente esse enorme contingente de jovens. A oferta de bens e serviços públicos é insuficiente para atender toda a demanda. O Ensino Médio ou o mercado de trabalho, por exemplo, ainda estão longe de atender a todos. Soma-se a isso o baixo conhecimento do poder público sobre a realidade juvenil, o que em muitos casos provoca um desencontro entre as

demandas dos jovens e as políticas públicas.

Além disso, a família passa por transformações profundas. Por exemplo, jovens que assumem a chefia da casa, irmãos e irmãs que se incorporam à prole vinda de outros casamentos estão modificando as relações de convivência doméstica e parentesco.

A escola, por sua vez, há muito não consegue motivar os estudantes e dar sentido às suas experiências educativas.

O resultado da equação é alarmante: atualmente, os jovens em idade de trabalhar encontram barreiras para conseguir e manter uma atividade remunerada. A juventude é, também, como vítima ou agressora, a principal protagonista da violência nos grandes centros urbanos. Além disso, enfrenta sérias dificuldades para concluir os estudos e ingressar na universidade.

Quase a metade dos desempregados do país é jovem. (IBGE, 2007).

Em média, os trabalhadores jovens ganham menos da metade do que ganham os adultos. (PNAD, 2006)¹.

A taxa de homicídios entre os jovens é duas vezes e meia maior do que entre os outros segmentos etários. Enquanto o número de assassinatos se manteve estável no restante da população, entre a juventude esse índice cresceu 81,6% nos últimos 22 anos. (UNESCO, 2002).



Por essas e outras, é possível afirmar que os brasileiros jovens foram muito afetados pelo modelo econômico adotado nas últimas décadas, que aprofundou significativamente a exclusão social. A juventude ficou sem acesso aos serviços públicos básicos e não desfruta dos seus direitos mais fundamentais. A cidadania para muitos jovens, por enquanto, ainda é uma cidadania incompleta.

Um olhar superficial sobre essa situação pode fazer pensar que a juventude é um problema. Esse tipo de visão resulta num tipo de política pública em que o jovem deve ser controlado nas suas manifestações e domesticado no seu comportamento. Ao contrário desta, porém, se fortalece cada vez mais uma outra visão: a de que a juventude pode contribuir para as soluções dos problemas. Para isso, o investimento nos jovens é essencial para o desenvolvimento do país.

Os jovens podem exercer uma influência positiva e determinante tanto sobre seus pais quanto sobre seus filhos. Nessa privilegiada posição intergeracional, a juventude é um elo entre o Brasil que temos e aquele que devemos construir.

Mais que promessa, é um dado de realidade: os jovens, em considerável proporção, estão interessados e ativos, desenvolvendo outras formas de engajamento por mudanças éticas, sociais, culturais, políticas e ambientais.

28,1% dos jovens participam de algum grupo. (Ibase/Polis, 2005).

Para cada jovem engajado existem outros dez querendo participar de alguma atividade que gere benefícios para a sua comunidade. Juntando quem faz e quem quer fazer, somam-se mais de 7 milhões de jovens. (Instituto Cidadania, 2003).

É claro, não se trata de idealizar nem de atribuir aos jovens um papel heróico, como se eles pudessem redimir a história e resolver todos os problemas. A juventude sozinha não vai transformar o país. Mas, ao mesmo tempo, é difícil imaginar qualquer transformação profunda sem a participação da juventude.

Entre preocupações e esperanças, uma coisa é certa: é preciso falar sobre juventude. Porque, por um lado, jovens precisam do Brasil. E, por outro, é o Brasil que precisa deles.

1 - Devido ao calendário da conferência não foi possível aguardar os novos dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD 2006). Entretanto os primeiros dados da PNAD 2006 mostram mudanças de tendência para melhor em alguns indicadores, mas não alteram as grandezas expressas nos anos anteriores da pesquisa, e não guardam profundas diferenças em relação a este período.



AFINAL, O QUE É SER JOVEM?

Uma primeira dificuldade quando se quer falar de juventude tem sido determinar qual é a faixa etária que a define.

Em tese, o jovem vira "gente grande" quando conclui os estudos, começa a trabalhar, vai morar sozinho, se casa e tem filhos. Acontece que esse roteiro linear já não é mais tão comum: os jovens brasileiros estão tendo que conciliar a escola com a profissão. Muitos, com pouca idade, já cuidam de seus filhos. Outros passam dos trinta e continuam na casa dos pais.

Um quinto dos jovens tem filhos. (Instituto Cidadania, 2003).

83% dos jovens solteiros não pretende sair ou vai esperar mais um pouco pra deixar a casa dos pais. (Instituto Cidadania, 2003).

Diante desse prolongamento da experiência juvenil na vida das pessoas, e com base na lei 11.129, que determina ser papel da Secretaria Nacional de Juventude "articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, o Conselho Nacional de Juventude² considera as seguintes faixas: "a juventude (...) congrega cidadãos e cidadãs entre os 15 e os 29 anos. (...) Nesse caso, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (entre 25 e 29 anos)". [Repare bem. Esse é um recorte importante. Com essa definição, o governo está decidindo a quem serão destinados recursos, sob a forma de políticas públicas de juventude].

Mas a conversa não pára por aí. A juventude não é só uma questão de idade. E isso não quer dizer também que seja um "estado de espírito", ou seja, que qualquer um, independentemente da faixa etária, possa ser considerado jovem. A juventude é uma fase da vida. E como tal, ela tem começo e fim (ainda que seja complicado estabelecer precisamente os seus limites).

Neste sentido, um senhor de sessenta anos, por exemplo, não pode ser jovem. Jovem mesmo é aquele que completa etapas determinantes de socialização e desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual), passando a desfrutar de crescente autonomia em relação à sua família.

Não se trata, que fique claro, de apenas uma breve passagem da infância para a vida adulta. A juventude tem um sentido em si e é uma fase marcada por intensas experimentações e importantes decisões. A definição sobre o futuro deixou de ser um exercício da imaginação: agora, é uma exigência da vida.

Enquanto as crianças e os adolescentes dependem do colo do Estado e da família para viver em plenitude, os jovens já são capazes de optar sozinhos por parte de seus caminhos. Assim como todo ser humano precisa de proteção, os jovens, mais do que isso, precisam de direitos e oportunidades de emancipação.

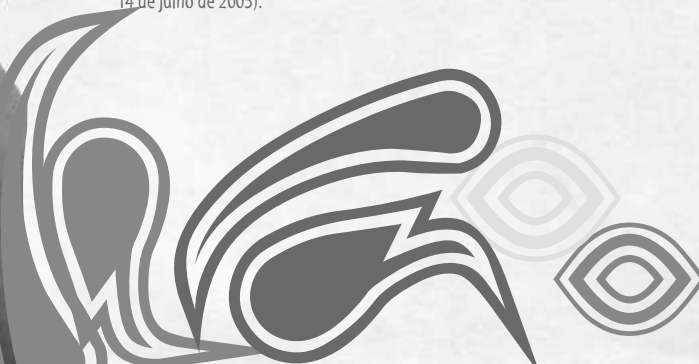
Esse momento é único na vida de uma pessoa. É preciso reconhecer essa singularidade: como segmento social, que partilha de uma identidade geracional, os jovens têm questões próprias, que são diferentes das questões de outros grupos etários.

Ao mesmo tempo, quando olhamos para a juventude, vemos um mosaico. Os jovens brasileiros são de diversas raças e classes sociais. Pensam e agem de maneiras variadas. E estão por todo o país: na cidade, no campo, nas florestas, nas beiras dos rios, nas aldeias e nos quilombos. É preciso considerar essa rica diversidade.

Não se trata aqui, portanto, de estereótipos. Nos noticiários, os jovens (geralmente dos setores populares) aparecem como desordeiros e violentos. Nas propagandas, aparecem como personagens bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados, que se oferecem como modelos de consumo e de um estilo de vida ao qual poucos têm acesso.

Nem a juventude perigosa das sensacionalistas manchetes policiais nem a juventude consumista e alienada dos anúncios de tevê: é sobre a juventude real, um complexo, numeroso e diverso contingente de brasileiros e brasileiras entre 15 e 29 anos, que estamos falando.

2 - O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), formado por representantes do poder público (20) e da sociedade civil (40), foi criado em agosto de 2005 para realizar estudos e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas aos jovens. (Lei no 11.129 de 30 de junho de 2005. Decreto no 5.490 de 14 de julho de 2005).



QUAIS OS DESAFIOS DA JUVENTUDE BRASILEIRA HOJE?

Uma parcela significativa dos 50,5 milhões de jovens brasileiros vive, inaceitavelmente, situações graves de exclusão social.

11,7 milhões de jovens vivem em famílias que não têm condições para satisfazer suas necessidades básicas. (PNAD, 2003).

4,5 milhões de jovens não trabalham nem estudam. (PNAD, 2003).

Por outro lado, a grande maioria dos jovens continua otimista em relação ao seu futuro e confiante no seu potencial.

92% dos jovens acham que a sua vida pessoal vai melhorar nos próximos 5 anos. (Instituto Cidadania, 2003).

84% dos jovens acham que podem mudar o mundo. (Instituto Cidadania, 2003).

Diante desse quadro complexo, em que os problemas andam junto com as possibilidades, podemos identificar alguns desafios³, entre muitos outros, que devem ser superados para que os direitos dos jovens sejam plenamente garantidos no Brasil:

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Embora o país tenha avançado, principalmente na ampliação do acesso ao ensino fundamental, ainda é preciso erradicar o analfabetismo, garantir que todos os jovens completem seus estudos e, sobretudo, melhorar a qualidade da educação.

Os estudantes não se reconhecem no conteúdo e no ambiente da escola. O mundo escolar parece não orbitar no universo juvenil: um e outro estão separados, muitas vezes, por muros altos e grades. Os índices de evasão, as taxas de repetência e os casos de pichação e depredação são sintomas dessa distância.

Apenas 24% dos estudantes acham que a escola entende muito o jovem. (Instituto Cidadania, 2003).

Apenas 3,6% dos jovens entre 20 a 24 anos chegaram à universidade (PNAD, 2003).

1,3 milhão de jovens são analfabetos. (PNAD, 2003).

Os jovens brasileiros atingirão a escolaridade média atual dos jovens chilenos somente em 2016. (PNAD, 2002 e CASEN, 2000).

Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que educação e trabalho não são dimensões separadas na vivência juvenil. Através do trabalho continuado, o jovem melhora a sua vida no presente e também assegura um futuro autônomo, sem dependência em relação a seus pais.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, os jovens ocuparam cerca de 90% das 6 milhões de novas vagas criadas com carteira assinada no mercado de trabalho entre 2003 e 2007 (CAGED). Ainda assim, muitos continuam esperando na fila: o desemprego tem afetado mais intensamente a juventude.

Diante da escassez de oportunidades profissionais, os jovens acabam se dedicando a bicos e quebra-galhos, ganhando mal e, geralmente, na informalidade.

63% dos jovens que trabalham não têm carteira profissional assinada. (Instituto Cidadania, 2003).

3 - Baseado no documento "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas", publicado em 2006 pelo Conselho Nacional de Juventude, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert.



É preciso oferecer oportunidades de formação profissional e criar novos postos de trabalho, em condições dignas e com remuneração justa.

Nos dias de hoje, não se trata mais de estudar antes como forma de se preparar para conseguir um emprego depois. O banco da escola está ao lado da cadeira de escritório: é preciso criar condições para que os jovens possam se dedicar à sua formação educacional de modo integrado à sua inserção e permanência no mundo produtivo.

76% dos jovens acham a escola muito importante para o futuro profissional. (Instituto Cidadania, 2003).

Educação e emprego são os assuntos que mais interessam aos jovens. (Instituto Cidadania, 2003).

CULTURA

Os poucos cinemas, teatros, bibliotecas e demais espaços de cultura e lazer que existem no Brasil se localizam nas regiões centrais de grandes cidades, principalmente nos estados do Sul e Sudeste. Não é por acaso que a demanda pela criação e democratização de equipamentos culturais é uma das principais reivindicações dos grupos e movimentos juvenis.

O que eles exigem, no entanto, vai além disso. Não se trata apenas de garantir que os jovens consumam cultura, seja ela gratuita ou não. É preciso também criar condições para que a juventude possa produzir e fazer repercutir suas próprias expressões artísticas, dentro e fora dos espaços culturais institucionalizados.

Apenas 10,1% dos jovens costumam ir sempre ao cinema (UNESCO, 2004).

Cerca de metade dos jovens quase nunca vai a um cinema ou biblioteca. (UNESCO, 2004)

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

A chamada "inclusão digital" é geralmente percebida apenas como possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Esta é uma dimensão importante, mas não a única: quando as pessoas têm oportunidades e aprendem a produzir e receber informação de maneira crítica, é infinito o mundo de conhecimento que se abre com o acesso à Internet e aos meios de comunicação.

Mais ainda é preciso popularizar o uso da internet tanto quanto é hoje acessível o uso do telefone celular.

Como o direito de ir e vir, o acesso e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação também é um direito humano e, como tal, deve ser garantido a todos os jovens.

85,8% dos jovens se informam através da televisão (Ibase/Polis, 2005).

78% dos jovens nunca participaram da produção de informação em meios de comunicação (jornais de escola, fanzines, TVs, rádios comunitárias, produção de vídeo, etc) (Ibase/Polis, 2005).

77,4% dos jovens das classes D e E não sabem usar computador. Entre os jovens da classe A, essa taxa cai para apenas 12,5%. (UNESCO, 2004).



DIREITO À CIDADE

A cidade é o palco onde se encena a história de vida de grande parte dos jovens. Andar de skate, se encontrar na praça e grafitar muros são formas de conquistar um espaço para si. Na "rua", fora dos limites da casa e da escola, o jovem exercita sua autonomia.

Mas acontece que esse ambiente, que deveria ser convidativo e acolhedor, para muitos é inacessível e hostil. As cidades não consideram as necessidades da juventude.

Em grandes centros urbanos, por exemplo, muitos estudantes não têm direito ao transporte público gratuito. Quem está longe das áreas centrais, quando vai procurar um emprego, geralmente enfrenta o estigma que associa a periferia à criminalidade e ao tráfico de drogas.

As cidades devem possibilitar a mobilidade e a convivência juvenil, facilitando aos jovens o acesso à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer. Para isso, é preciso que haja uma maior interação entre a gestão e a organização do espaço urbano com as questões juvenis.

70,7% dos jovens vivem em municípios urbanos. (UNESCO, 2004).

Para os jovens, o principal problema do seu bairro é a infra-estrutura (Instituto Cidadania, 2003).

JUVENTUDE DO CAMPO

Os jovens que vivem no campo muitas vezes são estimulados a estudar para "sair dessa vida na lavoura". Essa idéia de que "ser alguém na vida significa não ser agricultor" é reforçada na escola, no trabalho, na convivência social e na mídia.

Além de ter que lidar com esse estigma, a juventude do campo tem tido cada vez menos oportunidades de educação, trabalho, cultura e lazer.

Mas o campo é um espaço gerador de riquezas. E não está desaparecendo, ao contrário do que muitos dizem. Está tomando novas formas: o "rural" está se ampliando para muito além do "agrícola". Por isso, é preciso garantir condições para que os jovens não tenham o êxodo como única alternativa e possam optar por permanecer e viver bem no campo.

Mais da metade dos jovens do campo que trabalham ou já trabalharam está vinculada ao mercado de trabalho na cidade. (Instituto Cidadania, 2003).

O DESAFIO DA QUALIDADE DE VIDA

Os jovens foram especialmente afetados pelo modelo econômico excludente adotado nas últimas décadas pelo Brasil. Por isso é preciso avaliar quais oportunidades estão sendo construídas para a juventude no sentido de elevar, de maneira sustentável, sua qualidade de vida. Quando diminuem as desigualdades sociais, entre outras repercussões, aumenta a saúde, o acesso ao esporte e ao lazer e a conservação do meio ambiente. Essas são quatro áreas determinantes para garantir a qualidade de vida como um direito fundamental do ser humano e, em particular, da juventude. (Conjuve, 2006).



LAZER E ESPORTE

A prática esportiva não tem feito parte da realidade cotidiana da maioria dos jovens brasileiros. Esse dado é significativo porque o esporte e o lazer são mais do que apenas distração e ocupação do tempo livre.

Participando de um jogo em equipe os jovens estão, entre outras coisas, desenvolvendo suas capacidades, criando e respeitando regras e aprendendo a conviver coletivamente.

56,6% dos jovens não praticam atividade esportiva.
(UNESCO, 2004).

Acontece que esse tipo de atividade tem sido, em grande parte, um privilégio dos jovens que têm condições de pagar por um clube particular e podem bancar seu lazer.

É preciso ampliar as alternativas públicas e gratuitas de qualidade para que os jovens tenham mais acesso ao esporte e ao lazer, elementos que podem cumprir um importante papel no seu desenvolvimento integral.

TEMPO LIVRE

As horas do dia que não estão ocupadas por nenhum compromisso formal podem ajudar os jovens a processar suas buscas e desenvolver suas potencialidades.

Nesse caso, tempo livre de que estamos falando não é o dia de folga do trabalho nem o tempo ocioso que se tem por estar fora da escola ou desempregado, mas o tempo dedicado a fazer aquilo de que se gosta: cantar, ler, dançar, encontrar os amigos, ir ao cinema, ouvir música, ver televisão, navegar na internet. É um momento privilegiado de obter e processar novas informações.

No entanto, a vivência desses momentos requer oportunidades e atividades que são em geral oferecidas pela iniciativa privada e, portanto, são pagas. Por causa disso, a ocupação produtiva e criativa do tempo livre acaba sendo um privilégio dos jovens em melhores condições financeiras.

É preciso ampliar os investimentos públicos para a construção de equipamentos e a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer gratuitas e de qualidade. Desta forma, o tempo livre poderá cumprir, de fato, um importante papel no desenvolvimento integral dos jovens.

MEIO AMBIENTE

Hoje em dia, já não é mais possível falar sobre meio ambiente sem levantar questões sociais, culturais, éticas e políticas. Os problemas ambientais estão relacionados ao modelo de sociedade, de consumo, de economia e de desenvolvimento que escolhemos. Os jovens perceberam essa complexidade e passaram a se organizar, preocupados com a conservação e com o futuro do planeta.

Além de sofrer as conseqüências dos abusos e da falta de consciência ambiental das gerações passadas, recai hoje sobre os jovens a tarefa inadiável de transformar a dívida que receberam em crédito para as próximas gerações.

57% dos jovens gostaria de fazer parte de um grupo de defesa do meio ambiente. (Instituto Cidadania, 2003).



SAÚDE

No debate sobre a saúde juvenil geralmente surgem temas como o combate às drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS, a gravidez indesejada, os acidentes de trânsito e a violência.

Grande parte desses problemas, e das eventuais mortes deles decorrentes, pode ser evitada. A juventude é uma fase da vida particularmente saudável. A solução geralmente está ligada a mudanças de hábitos e comportamentos entre os jovens.

70% dos óbitos entre os jovens se devem a causas externas evitáveis. (Ministério da Saúde, 2003).

Mas é preciso cuidado para não limitar a abordagem de saúde às ações de caráter preventivo, que são implicitamente ações contra condutas supostamente de risco, numa perspectiva de controle social.

É necessário que se abra um novo horizonte de promoção da saúde, levando em conta que não se trata apenas de uma questão biológica ou psicológica, mas, sobretudo, dos desejos e projetos de vida.

O DESAFIO DA VIDA SEGURA

Dentro do rico mosaico que é a juventude brasileira, alguns jovens têm mais privilégios que outros. A diversidade, que é uma riqueza, às vezes se converte em desigualdade, que é um problema. Jovens com deficiência, negros, mulheres, índios e homossexuais vivem situações inaceitáveis de preconceito, que diminuem suas chances de viver de maneira digna. A igualdade de direitos, prevista na Constituição, muitas vezes existe só no papel.

Além do racismo e da discriminação, a violência física é outro problema grave enfrentado pelos jovens. Por isso, é fundamental garantir à juventude uma vida segura, não apenas para salvaguardar os jovens, mas, fundamentalmente, para respeitar e promover a sua condição juvenil. (Conjuve, 2006)

DIREITO À SEGURANÇA

As mortes na juventude, na maioria dos casos, são consequência de causas externas. Os jovens brasileiros morrem em decorrência de acidentes de trânsito, de suicídio e, principalmente, por causa do homicídio. A violência letal tem vitimado, em especial, a juventude.

40% dos jovens que morrem são vítimas de homicídio. No restante da população, essa taxa cai para 5%. (Ministério da Saúde, 2003).

Segurança e violência são os problemas que mais preocupam os jovens (Instituto Cidadania, 2003).

A situação dos jovens em conflito com a lei é particularmente importante. As constantes rebeliões nas unidades de internação são uma reação aos maus tratos e à inconsistência do sistema de medidas sócio-educativas. Mesmo os em conflito com a lei precisam de oportunidades.

Enfrentar e prevenir a violência juvenil são, portanto, tarefas urgentes para a sociedade. Com uma ressalva: devemos evitar aquela idéia simplista de que para afastar o jovem do "mundo do crime" é preciso preencher seu tempo livre e manter sua mente ocupada. As políticas específicas para dar conta da violência sofrida e cometida pela juventude devem garantir direitos. A experiência mostra que qualquer tentativa de controle será rejeitada pelos jovens.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Uma parcela significativa da juventude brasileira tem sido submetida a diferentes situações de preconceito e violação de direitos que acentuam ainda mais as disparidades de distribuição de renda e bem estar social, tornando alguns segmentos juvenis mais discriminados que outros.

É preciso combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade de direitos das mulheres jovens e da juventude negra. Garantir a acessibilidade e o direito à participação dos jovens com deficiência. Garantir à juventude LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) o direito de expressar livremente a sua orientação sexual. E oportunizar aos jovens indígenas e quilombolas o acesso a uma educação que respeite seus saberes e fazeres tradicionais.

Como diz o sociólogo Boaventura de Souza Santos, é preciso "lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize".

47,1% dos jovens não gostariam de ter um homossexual como vizinho. (UNESCO, 2004).

O desemprego juvenil é maior para os negros (23,8%) do que para os brancos, (16,4%), maior para moças (22,2%) do que para rapazes (14,5%). (PNAD, 2003).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

POR QUE ESSE ASSUNTO É IMPORTANTE?

Diante dos desafios vividos atualmente pela juventude brasileira, a sociedade pode reagir de pelo menos duas formas: de um lado, pode sentir-se responsável pelo que acontece aos jovens; no outro extremo, pode responsabilizar inteiramente a juventude.

Quem atribui aos jovens a culpa pelas suas próprias mazelas defende que o problema é que a juventude é acomodada e passiva. Pensa que as chances para melhorar de vida estão aí para todos e só não as aproveita quem não quer.

Pensa diferente quem vê na atual condição juvenil uma situação grave de violação de direitos: a questão não está na falta de interesse dos jovens. O que falta são oportunidades para que eles desenvolvam seu potencial. É a partir desse enfoque que devemos construir as políticas públicas de juventude.

O Estado tem o papel de conduzir um projeto de desenvolvimento nacional verdadeiramente democrático. Cabe aos governos, portanto, implementar políticas públicas efetivas, capazes de oferecer perspectivas de futuro e propiciar a cidadania plena aos milhões de jovens brasileiros.

Frente ao contexto de exclusão social que afeta grande parte da população juvenil do país, as políticas públicas de juventude devem ter caráter redistributivo, ou seja, devem estar orientadas para diminuir as desigualdades entre os jovens e outros segmentos etários e dos jovens entre si. Para isso, devem ser implementadas, simultaneamente: políticas universais

que levem em conta as demandas e singularidades juvenis (como a educação pública e a geração de empregos), políticas emergenciais (apresentando novas chances aos jovens em situação de maior vulnerabilidade social) e políticas específicas (que reconheçam e promovam o potencial e as particularidades da condição juvenil).

Em todos os casos, as políticas de juventude devem ser fruto de um pacto entre as gerações, que se comprometem a interromper o ciclo gerador de pobreza que historicamente o Brasil insistiu em reproduzir.

Neste amplo acordo que deve ser firmado pelos brasileiros e brasileiras de todas as idades, o desafio é garantir a participação da sociedade civil, em particular dos próprios jovens, na solução das demandas juvenis. Mas sem minimizar o papel do poder público.

59% dos jovens acham que o melhor jeito para resolver os problemas do país é a participação da população nas decisões importantes do governo. (Instituto Cidadania, 2003).

Durante muito tempo, os jovens permaneceram invisíveis aos olhos do país. O resultado disso é que o Brasil acumulou uma dívida social enorme com a juventude. A conta é alta. E uma grande parcela deve ser paga pelo Estado, sob a forma de políticas públicas.



UM POUCO DE HISTÓRIA

Até a década de 90, as ações governamentais não consideravam a juventude como segmento específico. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) veio inaugurar uma nova noção de cidadania para os brasileiros mais novos. Os maiores de 18 anos, no entanto, continuavam invisíveis aos olhos do Estado, sem desfrutar de uma política específica.

Há cerca de 10 anos, os jovens vieram a público cobrar uma satisfação para esse abandono. Alguns acontecimentos marcantes (como o assassinato do índio Galdino em Brasília, em 1997, e as rebeliões nas unidades estaduais para jovens em conflito com a lei) tomaram repercussão nacional. A juventude finalmente ganhava visibilidade. Mas de um jeito negativo: de carona com a violência.

Organismos internacionais, ongs e fundações empresariais atenderam ao apelo e elegeram o jovem como um dos alvos prioritários de suas ações. O Estado que continuava um tanto distante: passou a reconhecer a importância da questão, apoiando alguns projetos, mas se eximindo de assumir a juventude como assunto estratégico de interesse nacional.

Desde que surgiu esse interesse pelas questões juvenis, os jovens foram vistos, sobretudo, como um "problema". Os projetos sociais dirigidos à juventude estavam baseados, principalmente, nas idéias de controle e prevenção, com foco restrito no atendimento emergencial aos jovens em situação de risco social. Neste período inicial, duas iniciativas muito comuns foram, por exemplo, os programas esportivos e culturais para preencher o tempo livre dos rapazes e os projetos para evitar que as moças engravidassem.

Aos poucos, esse enfoque de tutela, ou seja, de que é preciso "ficar de olho" nos jovens para que eles não façam mal para si mesmos ou para a sociedade, começou a ser questionado.

Com a consolidação da agenda internacional e a crescente articulação da sociedade civil brasileira em torno das questões juvenis, o rótulo da violência começou a descolar dos jovens. É nesse momento que a juventude, de "problema", passa a ser vista como "solução".

No final dos anos 90, o conceito de "protagonismo juvenil" difundiu a idéia de que os jovens de maneira individual e apenas pela mudança de comportamento poderiam ser atores fundamentais das mudanças sociais. Muitos projetos financiados, sobretudo, por fundações empresariais, adotaram essa proposta e passaram a apoiar o engajamento voluntário dos jovens, geralmente em âmbito comunitário. As críticas de que essa abordagem era muito localizada e com pouca densidade política vieram acompanhadas de uma outra concepção: a de que os jovens são "agentes estratégicos do desenvolvimento".

LINHA DO TEMPO:

1965: Aprovada pela ONU a "Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos".

1985: Ano Internacional da Juventude - ONU.

1990: "Estatuto da Criança e do Adolescente" (ECA).

1995: Programa de Ação Mundial para Jovens (PAMJ) - ONU.

1997: Seminário "O jovem nas trilhas das políticas públicas", iniciativa da CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Primeiras experiências de implantação de secretarias e coordenadorias de juventude em prefeituras municipais brasileiras.

1998: "Plano de Ação de Braga" e "Declaração de Lisboa", elaborados, respectivamente, na I Conferência Mundial de Ministros de Juventude e no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas.

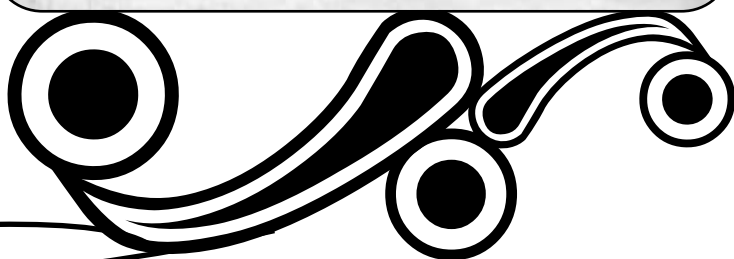
2001: Elaborada a "Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude", em evento no Senegal

2002: Seminário "Políticas Públicas: Juventude em Pauta", iniciativa da Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert.

2003: Início do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania. Criada a "Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude" e realizada a "Semana Nacional de Juventude", na Câmara dos Deputados. Realizado o 1º Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente e criada a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma).

2004: Criado o Grupo de Trabalho Interministerial, no Poder Executivo. Realizada a "Conferência Nacional de Juventude" pela Câmara dos Deputados. Lançado o Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ) pela UNESCO. Realizado o "Vozes Jovens" pelo Banco Mundial e o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis promovido pela UNE. Criados o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis e a Rede Nacional de Juventude (RENAJU). Apresentados na Câmara os projetos de lei do Plano Nacional de Juventude, do Estatuto dos Direitos da Juventude e da Proposta de Emenda Constitucional, que propõe a inclusão do termo "juventude" na Constituição.

2005: Lançada pelo Governo Federal a Política Nacional de Juventude e criados a Secretaria, o Conselho e o Projovem - Programa de Inclusão de Jovens (Lei nº 11.129/2005). Finalizado o texto da "Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens", pela Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ).



Mais do que uma disputa de terminologias, o debate foi incorporando uma dimensão fundamental: a dimensão dos direitos. A Revolução Francesa consolidou a idéia de que o ser humano tem direitos civis, políticos e sociais. Mais recentemente, nas últimas décadas do século XX, ganhou reconhecimento uma nova categoria: os direitos difusos.

A grande novidade é que as primeiras gerações de direitos eram fundamentalmente individuais. Os direitos difusos, ao contrário, são atribuídos a grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, crianças, idosos e... os jovens.

A consagração dos direitos difusos teve um forte impacto no mundo político. Se antes a busca era pela igualdade dos indivíduos, agora o foco é na valorização das diferenças e das identidades coletivas.

Influenciados por esse novo paradigma, que entende os jovens como "sujeitos de direitos", o Estado brasileiro começou a descruzar os braços. Ganhou impulso o movimento de criação de coordenadorias, secretarias e conselhos de juventude estaduais e municipais.

Em 2003, foi criada na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial de Juventude (CEJUVENT), que realizou diversas audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais e uma Conferência de Juventude para elaborar projetos de lei dirigidos a demandas juvenis. Como resultado desse trabalho, concluído em dezembro de 2004, foram encaminhadas 3 propostas: 1) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 138-A/2005) que inclui a expressão "jovem" na denominação do Capítulo VII e dá nova redação ao Art. 227 da Constituição; 2) o Estatuto de Direitos da Juventude (PL 27/2007); e 3) o Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), que estabelece objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros.

E, em 2005, um marco: no âmbito do Governo Federal, foi iniciada a construção de uma Política Nacional de Juventude.

CONVENÇÃO IBERO-AMERICANA DOS DIREITOS DOS JOVENS

A Organização Ibero-americana de Juventude é um organismo multilateral que reúne órgãos de juventude dos governos nacionais. São membros, além do Brasil: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. Apesar da OIJ ter sido fundada em 1996, nosso país só se tornou membro após a criação da Secretaria Nacional de Juventude. A OIJ é um importante instrumento de integração e cooperação internacional na temática de juventude.

A Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens é um documento com força de tratado internacional que foi elaborado com participação de representantes de todos os países que fazem parte da OIJ, inclusive o Brasil. Esse documento define um conjunto de direitos dos indivíduos que têm entre 15 e 24 anos cidadãos ou residentes dos países ibero-americanos (Portugal, Espanha e América Latina). A Convenção é um marco jurídico na temática de juventude, pois é o primeiro documento dessa natureza a tratar especificamente desse segmento da população. O ato de um país adotar plenamente as normas de uma convenção internacional se chama ratificação. O Brasil ainda não ratificou a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens, por dois motivos fundamentais e ligados entre si: primeiro, adotar a Convenção não é uma ação exclusiva do Governo Federal mas que depende de discussão e aprovação no Congresso Nacional e, segundo, deve haver envolvimento da sociedade, tomando conhecimento do assunto e cobrando dos poderes públicos a garantia dos direitos que constam do texto.



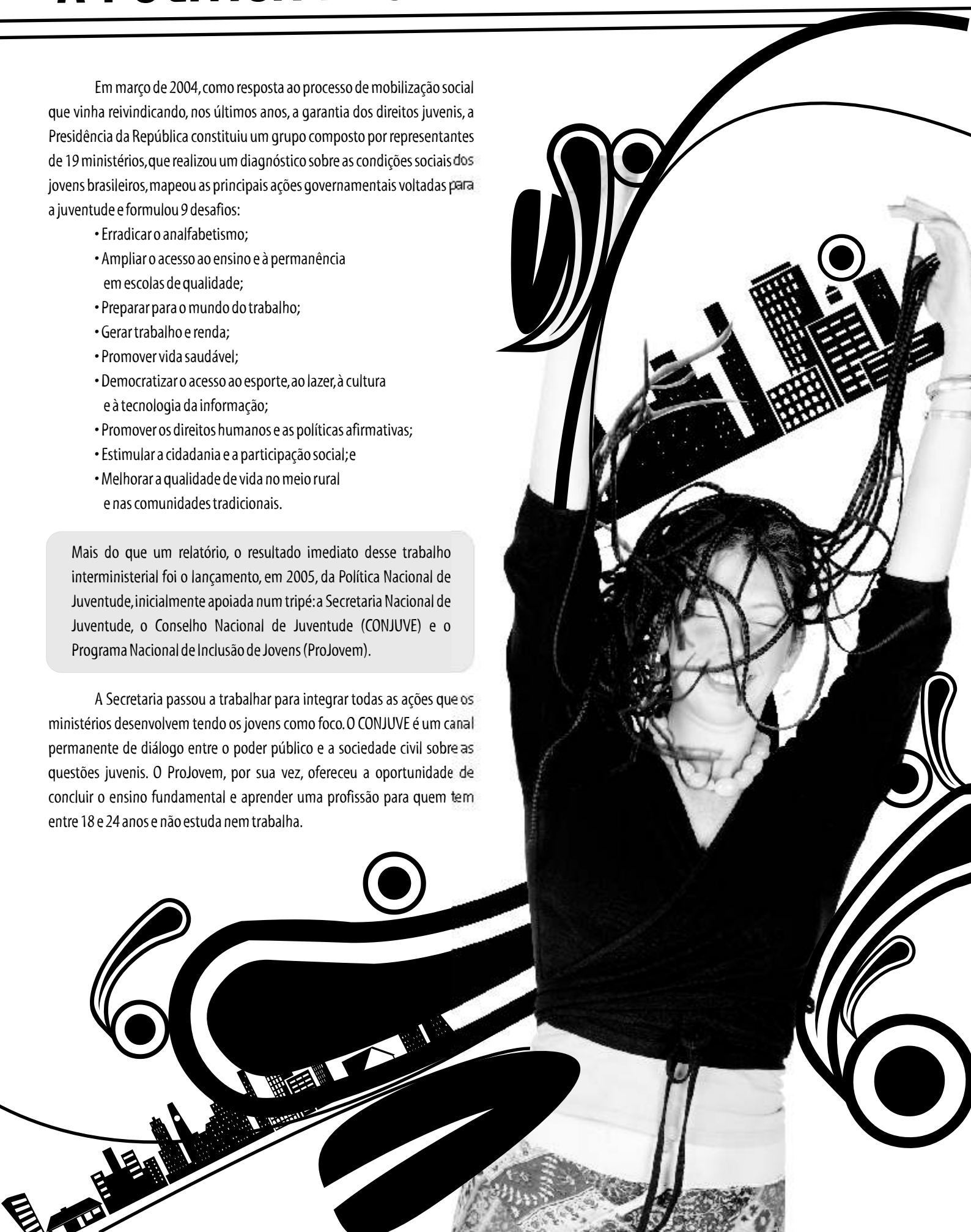
A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

Em março de 2004, como resposta ao processo de mobilização social que vinha reivindicando, nos últimos anos, a garantia dos direitos juvenis, a Presidência da República constituiu um grupo composto por representantes de 19 ministérios, que realizou um diagnóstico sobre as condições sociais dos jovens brasileiros, mapeou as principais ações governamentais voltadas para a juventude e formulou 9 desafios:

- Erradicar o analfabetismo;
- Ampliar o acesso ao ensino e à permanência em escolas de qualidade;
- Preparar para o mundo do trabalho;
- Gerar trabalho e renda;
- Promover vida saudável;
- Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- Estimular a cidadania e a participação social; e
- Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Mais do que um relatório, o resultado imediato desse trabalho interministerial foi o lançamento, em 2005, da Política Nacional de Juventude, inicialmente apoiada num tripé: a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

A Secretaria passou a trabalhar para integrar todas as ações que os ministérios desenvolvem tendo os jovens como foco. O CONJUVE é um canal permanente de diálogo entre o poder público e a sociedade civil sobre as questões juvenis. O ProJovem, por sua vez, ofereceu a oportunidade de concluir o ensino fundamental e aprender uma profissão para quem tem entre 18 e 24 anos e não estuda nem trabalha.



DIRETRIZES

Levando em conta os consensos que vêm sendo construídos nos últimos anos, é possível apontar algumas diretrizes da Política Nacional de Juventude:

A singularidade da juventude: A condição juvenil não pode mais ser compreendida apenas como uma curta fase de transição entre a infância e a vida adulta (embora envolva processos fundamentais de formação). Os jovens são sujeitos, com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Por isso, requerem uma política nacional específica para que melhorem a sua vida no presente e, ao mesmo tempo, se preparem de maneira adequada para o futuro.

Os jovens como sujeitos de direitos: A Política Nacional de Juventude não tem como objetivo controlar a vida dos jovens. A idéia é emancipar. Os jovens devem ter oportunidades para adquirir e utilizar suas capacidades. Para isso o Estado tem que ofertar serviços que garantam aos jovens a satisfação de suas necessidades básicas e condições de pleno desenvolvimento humano.

A valorização da diversidade juvenil: É preciso reconhecer que um contingente de 50,5 milhões de pessoas num país continental e multicultural, como o Brasil, comporta inúmeras diferenças de identidades, formas de organização e expressão. Ao invés de colar rótulos e estereótipos nos jovens, devemos reconhecer e valorizar essa rica diversidade. Mas, também, gerar condições para a diminuição das desigualdades.

o fortalecimento dos segmentos vulneráveis: Todos os jovens brasileiros devem ser potencialmente beneficiários da Política Nacional de Juventude. Não podemos abrir mão da construção de políticas universais e estruturantes, como a busca, por exemplo, de uma educação pública de qualidade para todos, da melhoria geral dos equipamentos de saúde ou da necessidade de maior crescimento econômico com geração de trabalho e distribuição de renda. Mas, ao mesmo tempo, é necessário desenvolver ações emergenciais para aqueles jovens que mais precisam. É necessário que haja uma atenção específica para a parcela da juventude que tem demandas urgentes e agudas e já não pode mais esperar.

A transversalidade das políticas: A educação, o trabalho, a saúde, o esporte, a cultura e o meio ambiente não são capítulos separados na história de um jovem. A vida cotidiana não é dividida em departamentos. Mas o Estado é. Por isso, geralmente, temas que deveriam andar juntos acabam espalhados em secretarias e ministérios diferentes. Tratar as questões juvenis de modo transversal quer dizer integrar objetivos e ações das políticas públicas. Mais do que uma pauta exclusiva da Secretaria Nacional de Juventude, os jovens devem ser tratados como um assunto estratégico por todo o governo.

A participação juvenil: O governo deve ampliar canais de participação e diálogo com os grupos, entidades e movimentos juvenis. E deve ouvir aqueles que não estão organizados coletivamente. Aos jovens cabe um papel ativo na formulação, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Juventude. Para isso, foram definidos dois importantes instrumentos de controle social: o Conselho e a Conferência Nacional de Juventude.

BREVE BALANÇO

Nos últimos dois anos, a construção da Política Nacional de Juventude ampliou a visibilidade do tema no cenário público. Neste período, o governo vem implementando e aprimorando serviços, programas, projetos e ações em diferentes ministérios, orientados pelos paradigmas que consideram os jovens como sujeitos de direitos e importantes para o desenvolvimento nacional.

Mais dinheiro e materiais didáticos para o ensino médio, bolsas de estudo para os universitários, oportunidades de formação profissional e de inclusão no mercado de trabalho, implantação de espaços culturais e crédito para a juventude rural são alguns exemplos, entre muitos outros, do que o Governo Federal vem fazendo por esta geração.

O Governo Federal avalia que esse conjunto de ações vem tendo um impacto positivo na vida de centenas de milhares de jovens em todo o país. Avalia também que ainda há muito que avançar, sendo necessário dar um salto na escala de atendimento, otimizar recursos, aumentar a eficácia e reforçar a integração das ações entre os ministérios.

PERSPECTIVAS

Com a experiência acumulada, o Governo Federal está propondo para os próximos anos um Programa Unificado – PROJOVEM - que integra seis programas já existentes (Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica e Projovem) visando racionalizar as ações, recursos e elevar o potencial e a capacidade de atendimento. O salto é expressivo: hoje, esses seis programas federais de juventude atendem, juntos, 467 mil jovens. Com o novo PROJOVEM serão atendidos 4,2 milhões de jovens até 2010.

Essa decisão política se converte em orçamento: nos próximos 3 anos serão investidos 5,4 bilhões de reais em ações integradas para gerar oportunidades e assegurar direitos aos jovens.

A perspectiva é consolidar a Política Nacional de Juventude de tal modo que deixe de ser uma política de governo e passe a ser uma política de Estado, fazendo parte da agenda dos outros poderes (legislativos e judiciário) e esferas administrativas (municipal e estadual), portanto, inserida num projeto de país.



PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

PROJOVEM: visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos fora da escola e sem formação profissional. Criado a partir da integração de seis programas já existentes - Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica - tem como meta ampliar os atuais 467 mil jovens atendidos para atingir 4,2 milhões de jovens até 2010. Vai funcionar nas modalidades ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador.

ProUni: Programa Universidade para Todos: é o maior programa de bolsas de estudo da história brasileira. Em um ano e meio, ofereceu a 203 mil jovens de baixa renda o acesso em mais de 1.100 instituições de ensino superior em todo o país.

Programa Livro Didático para Ensino Médio: distribuiu materiais educativos para 1,3 milhão de estudantes em 2005 e para 7,5 milhões em 2006.

Proeja: programa de educação profissional integrada ao Ensino Médio que tem como finalidade ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular.

Programa Brasil Alfabetizado: Promoção de alfabetização para jovens acima de 15 anos. Os cursos são promovidos por instituições de ensino em um período de oito meses.

Projeto Rondon: recruta jovens nas universidades para que desenvolvam, durante as férias, trabalhos voluntários em vários estados do país, nas suas áreas de estudo. A idéia é oferecer a esses estudantes a oportunidade de conhecer a realidade e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Soldado Cidadão: oferece cursos de capacitação e formação profissional para jovens recrutas prestando serviço militar. Em 2005, foram formados 58 mil soldados. Em 2006, mais 100 mil formandos.

Segundo Tempo: promove o acesso de crianças e jovens da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando a eles complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo. Até hoje, somam-se 1,1 milhão de beneficiários.

Escola Aberta: oferece atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do Ensino Médio e Fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender a comunidade. Aos coordenadores das oficinas é paga uma ajuda de custo mensal de R\$ 150.

Pontos de Cultura: implanta e moderniza espaços culturais, permanentes ou itinerantes. Atualmente, existem cerca de 600 Pontos de Cultura no país. A cada um são repassados R\$ 185 mil para a realização de atividades e compra de equipamentos.

Bolsa Atleta: oferece bolsas mensais que variam de R\$ 300 a R\$ 2.500 durante um ano, com possibilidade de renovação para aqueles que se destacam em competições de nível estudantil e que ainda não tenham patrocínio.

Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem: assegura crédito e financiamentos com juros subsidiados para a compra de imóveis rurais, projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar, para jovens que queiram permanecer no meio rural.

Programa Juventude e Meio Ambiente: Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação é feita na forma presencial e à distância.

Saúde do adolescente e do Jovem: O Ministério da Saúde, por meio da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem, vem elaborando políticas nacionais integradas, principalmente com a participação juvenil, voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde de adolescentes e jovens, de forma a garantir uma atenção integral à saúde desta população. Isso significa reduzir as principais doenças e agravos, melhorar a vigilância à saúde e contribuir para a qualidade de vida destes 54 milhões de cidadãos brasileiros, na faixa etária entre 10 e 24 anos de idade.

LEVANTE SUA BANDEIRA

PARTICIPAR PRA QUÊ?

A Política Nacional de Juventude não surgiu de uma hora para outra, assim, por acaso: trata-se de uma resposta do Governo Federal a uma cobrança da sociedade. Nos últimos anos, jovens e adultos se uniram para reivindicar a garantia dos direitos juvenis. Por conta dessa articulação intergeracional, a juventude está mais presente na agenda política brasileira.

Mas isso não é motivo para abrandar a mobilização. Aquela idéia de que os jovens são um "problema" e devem ser tutelados por políticas de controle e prevenção continua viva em programas e projetos, sejam eles governamentais ou não. Esse tipo de abordagem conservadora coexiste atualmente com a noção emancipatória de que os jovens são sujeitos de direitos. Além disso, o interesse pela juventude ainda convive com o desconhecimento e o descaso.

Para conseguir novos avanços e evitar retrocessos, a fórmula é a mesma: participação.

Dito assim, parece óbvio. Mas na prática não é tão simples. Quando as pessoas se mobilizam, uma definição importante que era tomada por poucos tem que ser discutida com muitos. Pra quem sempre esteve acostumado a decidir sozinho, sem considerar os interesses dos outros, essa mudança não é nada fácil de aceitar. A participação verdadeira mexe nas relações de poder. E por isso, ainda que possa estar no discurso, é muito comum que se criem resistências explícitas e, em certos casos, situações de boicote velado aos processos participativos.

Esses entraves são particularmente significativos quando uma enorme massa de jovens passa a querer espaço num mundo tradicionalmente centrado nos adultos. Não é por acaso, por exemplo, que muita gente diz que os jovens de hoje são menos engajados e politizados do que os jovens de antigamente.

Sabemos que esse senso comum da apatia juvenil não corresponde à realidade. Por todo o Brasil é possível encontrar jovens envolvidos em ações concretas para melhorar sua vida e a sociedade.

O que acontece é que, em muitos casos, se espera que a juventude reproduza o mesmo tipo de ação política das gerações passadas. Os tempos mudaram. Essa parcela atuante da juventude está criando maneiras novas e variadas de mobilização e atuação coletiva que nem sempre são valorizadas.

Diante disso, é preciso criar mecanismos de apoio e reconhecimento dessa rica diversidade de formas de participação juvenil, abrindo espaços para a efetiva influência dos jovens na definição e implementação das políticas públicas.

57% dos jovens têm interesse e disponibilidade para se encontrar com outros jovens e dialogar sobre temas relativos à juventude brasileira. (Ibase/Polis, 2005).

A ação do Estado depende fundamentalmente de pressão política. E a pressão política, por sua vez, só se fará através da ação conjunta dos jovens. No final das contas, uma coisa leva à outra: os direitos da juventude não vão sair do papel sem políticas governamentais de qualidade. As políticas de qualidade não vão existir se os jovens não fizerem pressão. E os jovens não vão fazer pressão se não se organizarem.



A tarefa não é fácil. A realidade da juventude brasileira é muito diversa. Dentro de cada região, em cada estado e município, é possível encontrar jovens em condições de vida muito diferentes. É muito difícil, entre demandas tão variadas, dizer o que é mais urgente e importante. E se cada grupo ficar puxando pro seu lado, todo mundo perde um pouco.

É preciso levar em conta também que muitos adultos nas ongs, nos organismos internacionais, nas universidades, nos meios de comunicação e no governo têm colaborado decisivamente nesses últimos anos para colocar as questões juvenis em pauta. Nesse processo de mobilização em torno da Política Nacional de Juventude, é preciso continuar contando com esses aliados, de todas as idades e setores. E ao mesmo tempo, é preciso conquistar novos corações e mentes. Não só entre os jovens, mas em toda a sociedade.

Segundo pesquisa realizada em 2003 pelo Instituto Cidadania, 69% dos jovens acham que a política influencia sua vida. Mas apenas 43% consideram ter alguma influência na política. É preciso equacionar essa diferença, ampliando o alcance da participação.

Uma oportunidade está aí: por meio da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, o governo está abrindo vários canais de comunicação com os jovens brasileiros, em âmbito municipal, estadual e, inclusive, na Internet. Outros espaços de diálogo podem ser criados. O processo está em construção e este "documento base" é apenas o começo de uma longa conversa.

O importante é que os jovens encontrem as melhores formas de fazer valer suas idéias e opiniões e consigam hastear uma bandeira coletiva num lugar mais alto do que as bandeiras individuais.

O que está em jogo não é pouca coisa: é o presente e o futuro de toda uma geração.



CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

As bandeiras surgiram na guerra. Eram um escudo contra o fogo-amigo: como cada exército exibia suas cores, na hora de fazer pontaria os soldados sabiam distinguir entre os inimigos e os aliados.

Depois, as bandeiras passaram a indicar a soberania de uma nação. E, mais recentemente, ganharam outro significado: ao invés de pano, são feitas de idéias. Ao invés de exércitos em batalha nos campos militares, representam movimentos sociais em disputa na arena política.

Os direitos dos jovens são uma dessas novas bandeiras de luta, que vem sendo levantada por um número cada vez maior de brasileiros e brasileiras.

Reconhecendo a força dessa mobilização em torno das questões juvenis, uma comissão nacional, formada por gente do governo e da sociedade, está se dedicando à realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Esse importante processo de diálogo com os jovens começa em setembro de 2007 e está organizado em etapas: primeiro as municipais e, depois, as estaduais, onde serão eleitos representantes para uma grande reunião em Brasília, entre os dias 27 e 30 de abril de 2008.

Durante a Conferência, os jovens vão identificar os desafios e propor as soluções para que seus direitos sejam garantidos. O trabalho vai além dos encontros: na internet, serão disponibilizados alguns documentos importantes, como o Plano Nacional de Juventude, o documento do CONJUVE (Política Nacional de Juventude: Desafios e Perspectivas) e a Convenção Ibero-Americana dos Direitos do Jovem, para que a turma tenha subsídios nas discussões e debates. Além disso, aqueles que têm cultura correndo por suas veias artísticas poderão expressar suas opiniões num sarau virtual.

E se nesse período alguém quiser organizar, do seu jeito, um debate sobre políticas de juventude, também será ouvido. Esse tipo de iniciativa autônoma, a Conferência Livre, será amplamente estimulado para que qualquer um possa entrar no papo. Serão muitos os canais de conversa. Alguns já foram criados. Outros podem ser inventados pelos próprios jovens.

Ao final de tudo, o tema juventude estará menos invisível e os jovens mais unidos. E vai estar muito mais claro para todo mundo se aquilo que o governo faz (ou pretende fazer) pelos jovens está de acordo com o que os jovens acham que o governo deve fazer por eles.

Levante sua bandeira!

Imagine um país onde os jovens são felizes. Um país onde eles saem pra rua com a certeza de que voltarão ilesos pra casa. Um país onde as escolas não têm muros altos nem grades. O quadro negro é como um espelho: os estudantes se reconhecem no que é ensinado. E há uma ponte que leva do ensino médio direto à faculdade. Sem pedágio, peneira ou funil no caminho.

Imagine um país onde os jovens que decidem trabalhar encontram ocupações dignas. Com salários justos. No posto de saúde, os médicos entendem o que os jovens dizem. E dizem o que os jovens entendem. Um país onde talentos prodígios estão nos palcos e nas platéias. Fazendo e consumindo arte.

Imagine um país onde os jovens estão cuidando e fazendo cuidar do planeta: não deixam as árvores caírem. Nem as temperaturas subirem. Na tevê e nos jornais, eles não aparecem apenas nos intervalos comerciais ou nas páginas policiais. Imagine um país onde os jovens são assunto nacional: falam e dão o que falar.

Imagine um país em que o sonho de futuro dos jovens não é pesadelo nem ilusão. Imagine um país em que a utopia é projeto.

Participe da Conferência Nacional de Juventude. E levante a bandeira desse novo país.



REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5 e 6, p.25-36, 1997 (número especial).
- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.
- ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay et alii.* – Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.129 de 30 de junho de 2005.
Projeto de Lei nº 4530/2004 – Proposta de Plano Nacional de Juventude.
Projeto de Lei nº 027/2007 – Proposta de Estatuto de Direitos dos Jovens.
Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.
- CAMARANO, Ana Amélia e outros. *Caminhos para a vida adulta: Múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Texto para discussão nº 1038 Brasília: IPEA, 2004.
- CONJUVE. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- AZEVEDO, Fábio Palácio de (org.) e outros. *Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004
- INSTITUTO CIDADANIA. *Documento de conclusão do Projeto Juventude*. São Paulo, 2004.
Retratos da Juventude São Paulo, 2004.
- IBASE/POLIS. *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final. Rio de Janeiro: IBASE/POLIS, 2005.
- IPEA. *Juventude no Brasil. O Estado de uma Nação*. Brasília: IPEA, 2005. p.285 a 350.
- NOVAES, Regina. *O Projovem no cenário da Política Nacional de Juventude*. Relatório de Atividades: 2006. Brasília, Secretaria Nacional de Juventude 2007, p. 12 e 13.
- SPOSITO, M. P. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil. *Janela Central: Olhares sobre os jovens no Brasil IJOVENES*, Revista de Estudos sobre Juvetude. Edição: ano 9, núm.22 México, DF, janeiro-junho 2005 p.p 201-227
- SPOSITO, M. P., CARRANO, P. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Disponível em <<http://www.uff.br/obsjovem?Doc%20cient%EDficos.htm>>. 2003. Acesso em 16/01/2004 às 15h11.
- RUAS, M. das G. *As políticas públicas e a juventude dos anos 90. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, p.731-749, 1998.
- UNESCO - *Políticas Públicas de/para/com Juventudes* - UNESCO, Brasília, 2004.



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à fome

Ministério da
Educação

Conselho Nacional
de Juventude

Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria Geral da
Presidência da República



www.juventude.gov.br